



O IMPACTO SOCIAL DE UM PROJETO DE INCLUSÃO PRODUTIVA EMPREENDEDORA: uma experiência das bonequeiras da Comunidade Quilombola de Horizonte - CE.

Rita de Cássia Martins Eneas Moura¹

RESUMO: A avaliação de impacto do Projeto de Inclusão Produtiva Empreendedora de Horizonte - IPEH, iniciado em 2010, que hoje se referencia como um projeto municipal de desenvolvimento humano e geração de renda para as mulheres, com alcance em todos os distritos do município de Horizonte - Ce, tendo a comunidade de Alto Alegre como o celeiro de investigação e avaliação de ações de emponderamento social e político. Utilizamos a pesquisa quali-quantitativa e as técnicas de investigação para este artigo foram a aplicação de questionário e observação participante.

Palavras-chave: políticas públicas, comunidade quilombola, inclusão produtiva, mulher, empoderamento.

ABSTRACT: The impact evaluation of The Productive Inclusion Entrepreneur from Horizonte – IPEH, beginning in 2010, nowadays it is referred as a municipal project of human development and income women generation, spread all over the Horizonte districts, with the Alto Alegre community as a resource of investigation and evaluation of politics and action empowerment. We used a qualitative and quantitative research and the technics of investigation for this article were the application of a questionnaire and participant observation.

Key words: public politics, the quilombola community, productive inclusion, women, empowerment.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidad Politécnica Y Artística del Paraguay (UPAP). E-mail: cassiaeneas@yahoo.com.br.



1 INTRODUÇÃO

As raízes históricas da sociedade brasileira foram alicerçadas sob a lógica da dominação e da exclusão. Foi assim com os índios, os imigrantes, os pobres, os não alfabetizados, as pessoas com deficiência, os negros. Como se desenvolver de forma democrática e inclusiva na sociedade, se esta se formou sobre sistemas sociais excludentes e preconceituosos?

Daí, parte o desafio maior para os que veem a inclusão como um direito inalienável: propor, conscientizar e contribuir coletivamente para uma mudança dos paradigmas éticos em que foi construída a base histórica da nossa sociedade. Como alcançar esse estágio?

É possível supor que as transformações sociais significativas podem ser realizadas coletivamente e com o envolvimento do poder público. Elas formam opiniões e reforçam atitudes que interferem e transformam o espaço coletivo onde se localizam as comunidades excluídas. Não podemos negar os avanços existentes até aqui. São fecundas as possibilidades de se enfrentar os estigmas e estereótipos com objetivo de retirar as comunidades tradicionais da invisibilidade, considerando suas especificidades por meio de processos de reconhecimento e autoafirmação. No entanto, o caminho se constitui ainda longo, no sentido de superar os antigos modelos que desqualificam e anulam a identidade das pessoas e a diversidade do gênero humano.

Historicamente, os movimentos protagonizados pelos negros, entre eles as comunidade remanescentes de quilombos, foram historicamente negligenciados. Essas lideranças sempre buscaram promover, especialmente no período de redemocratização do país, a preservação da identidade étnica, a regularização da posse da terra e o desenvolvimento sustentável. A Fundação Cultural Palmares, por exemplo, já certificou nos últimos cinco anos, 1.342 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, dentre as quais dezessete estão localizados no estado do Ceará. É o caso da comunidade Quilombola de Alto Alegre também certificada pela Fundação Palmares.

Segundo relatos orais, passados de geração para geração, a comunidade quilombola de Alto Alegre surgiu no final do século XIX, quando um escravo chamado Cazuza fugiu do Porto da Barra do Ceará em direção ao interior do Estado. Alguns dias depois, ele se



encontrou com índios da etnia Paiacus, com quem acabou formando uma família onde hoje é Alto Alegre.

Como se manteve no imaginário popular por cinco gerações de quilombolas, especialmente por conta das memórias dos mais velhos, compartilhadas muitas vezes em rodas de conversa e grupos de oração, essa história acabou se transformando numa espécie de mito fundador, uma vez que proporcionou a formação da identidade étnica e cultural da comunidade.

O auto-reconhecimento dos atuais habitantes de Alto Alegre como remanescentes de quilombo, no entanto, só começou a ocorrer na primeira metade desta última década, quando uma historiadora do colégio municipal decidiu escrever um breve relato sobre a comunidade, tomando por base as tradições orais.

Nessa mesma época, a equipe da Prefeitura de Horizonte conheceu mais de perto a história, os costumes e as principais demandas da comunidade, dentre elas o título de propriedade das terras ocupadas, garantido pela Constituição Federal de 1988. Quando então se depararam com o relato da historiadora, resolveram ir à Fundação Cultural Palmares reivindicar a certificação da comunidade como remanescente de quilombo.

Assim, a exemplo de outras comunidades, Alto Alegre conseguiu regulamentar a sua condição de afro-descendente e, a partir daí, obteve o apoio da Secretaria de Políticas Públicas de Igualdade Racial – SEPRIR, que tendo em vista o acesso a recursos para a redução do estado de pobreza e para o desenvolvimento sustentável, sugeriu à comunidade a criação de uma associação quilombola.

Por conta disso, as lideranças comunitárias formaram uma diretoria e, após participarem de um seminário de fortalecimento institucional, promovido pelo Instituto Sumaúma, especializado em comunidades quilombolas, constituíram a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Alto Alegre e Adjacências - ARQUA.

Em meados de 2009, com a posse da nova gestão municipal (2009 – 2012), foi realizada ampla articulação com as associações comunitárias na perspectiva de se iniciar um projeto intersetorial nas comunidades com o foco no desenvolvimento humano e inclusão produtiva, e um viés particular voltado para a autonomia feminina. Aconteceu assim também na ARQUA.



Nesse sentido, um dos desafios da gestão pública municipal é contribuir para o estabelecimento de novos mecanismos que concretizem práticas inclusivas na esfera social, utilizando os pressupostos da autonomia. A análise de um programa governamental que tem como um de seus pressupostos básicos exatamente a inclusão por meio do processo produtivo constitui uma das inquietações que este artigo pretende responder. Identificar até que ponto iniciativas como essas efetivamente empoderam seus beneficiados, garantindo-lhes a inclusão e o reconhecimento sociais.

Nesta perspectiva foi elaborado o projeto IPEH – Inclusão Produtiva Empreendedora de Horizonte, que hoje se referencia como um projeto municipal de desenvolvimento humano e geração de renda, com alcance em todos os distritos do município, tendo a comunidade de Alto Alegre como o celeiro de investigação e avaliação de ações de emponderamento social e político.

2 DESENVOLVIMENTO

O IPEH tem como princípios os elementos fundamentais das políticas públicas: cidadania, valores, diversidade e autonomia. Neste contexto constitui desafios a construção coletiva de alternativas de inclusão social e produtiva que venham confrontar-se com a pobreza e consolidar a dignidade humana pelo trabalho, articulando-se a sociedade o estado e o território. Seu público alvo preferencial são as famílias cadastradas no Cadastro Único Federal, beneficiárias do Programa Bolsa Família e especialmente as comunidades tradicionais. Tem como eixos de ação a qualificação profissional, a geração de emprego e renda, a inclusão social e o desenvolvimento humano. Sua metodologia utiliza o banco de dados do Cadastro Único e o diagnóstico da comunidade quilombola como subsídios para o planejamento das ações, tem nesse processo a parceria direta com as Associações Comunitárias, os Centros de Referência de Assistência Social e as setoriais municipais, para articulação e mapeamento das potencialidades territoriais. Esta metodologia se redimensiona segundo objetivo e realidade da ação.

Apesar das conquistas obtidas a comunidade precisa ainda percorrer um longo caminho na construção do desenvolvimento sustentável necessário para que todas as famílias, em especial as de Alto Alegre possam ter qualidade de vida digna e de fato serem livres de



qualquer servidão. Nesse sentido, trabalharemos com alguns conceitos, como o de empoderamento e capital social. Mais que econômicos estes dois conceitos permeiam a esfera do simbólico, como afirma Bourdieu (2001, p.296):

O capital simbólico nos livra da insignificância, como ausência de importância e de sentido. Ser conhecido e reconhecido também significa deter o poder de reconhecer, consagrar, dizer, com sucesso, o que merece ser conhecido e reconhecido.

Tal capital, no entanto, não é distribuído de maneira homogênea no interior da sociedade. Segundo Bourdieu (2001), ele é distribuído de maneira muito desigual, causando diversos infortúnios a quem não o tem. Dentre outros agentes, cabe ao Estado “nomear e distinguir”, ou seja, produzir e distribuir esse capital por todo o mundo social por meio de ritos de instituição (coroação, lição inaugural, ordenação, casamento etc.). No que se refere aos quilombolas o que se viu, durante muito tempo, foi o silêncio omissivo do poder público acerca de seus direitos e autonomia. Por séculos, tais comunidades se viram despossuídas desse capital.

Empoderamento (empowerment), por sua vez, é um conceito complexo que toma emprestado noções de distintos campos de conhecimento. É uma ideia que tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social” presentes nas sociedades dos países desenvolvidos na segunda metade do século XX. Nos anos 70, este conceito é influenciado pelos movimentos de autoajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 90 recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social (CARVALHO, 2004).

O processo de empoderamento refere-se tanto a dimensões criativas e instituintes da ação política por meio de um processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos ou comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas - como diz respeito a dimensões que reforçam o controle e regulação do social com ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e pessoas que necessitam de bens elementares de sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal, etc (GOHN, 2004).

No combate à pobreza, a abordagem de empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades (capabilities) das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Assim, através do empoderamento visa-se a



que essas pessoas pobres e excluídas venham a superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas.

No caso dos quilombolas, acrescenta-se ainda a questão racial, uma chaga social que atravessa a sociedade brasileira por séculos, mas que é pouco tematizada. Por causa disso, entendemos que, além das precárias condições sociais em que vivem, tais comunidades são vítimas de uma dupla violência, baseada, dessa vez, na discriminação racial. Compreender como o projeto IPEH lida com essa questão (ou não) certamente é uma das metas deste artigo.

3 CONCLUSÃO

A metodologia utilizada especificamente para obtenção de dados para o referido artigo foi: pesquisa quali-quantitativa, por meio das técnicas de aplicação de questionário e observação participante. Os questionários foram aplicados, em março de 2013, a 15 mulheres do grupo, ou seja, 65% do total beneficiado pelo IPEH.

Os produtos confeccionados pelo grupo são frutos de oficinas de capacitação profissional para geração de emprego e renda, realizados pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, em parceria com a Associação dos Remanescentes Quilombolas de Alto Alegre. Dentre as oficinas desenvolvidas destacamos: confecção de bonecas de pano, doces e salgados, trufas, corte e costura e informática, tendo como carga horária total de 60 a 100h/a. Como forma de inserir uma análise qualitativa da pesquisa foi ressaltada algumas respostas das mulheres entrevistadas. Em meio a tais respostas, destacamos: “Minha vida mudou muito, hoje faço boneca e costuro para fora.” (Joilma Freire, 48 anos). O destaque desta aluna foi tamanho que atualmente a mesma foi convidada para exercer a instrutoria do curso de confecção de bonecas de pano, nas comunidades de Alto Alegre e Canaveira dos Pinheiros.

Da análise quantitativa realizada, podemos sinalizar os seguintes dados característicos do grupo pesquisado:

Tabela 1: Perfil do grupo

Dados analisados	Variações
Faixa etária	22-32 anos: 33% 33-43 anos: 47%



	44 anos a mais: 20%	
Estado civil	Casadas: 60%	
	União estável: 27%	
	Solteiras: 13%	
Recebem algum benefício do Governo Federal	*Sim: 80%	
	Não: 20%	
	*Benefício preponderante: Bolsa Família	
Nível de escolaridade	Fundamental completo: 27%	Fundamental incompleto: 33%
	Ensino médio: 33%	Superior incompleto: 7%
Possui atividade remunerada	*Sim: 80%	
	Não: 20%	
	*Aqui destacamos a diversidade de entendimento quanto ao impacto do projeto, pois as mulheres que responderam não possuir atividade remunerada acabam por não perceber que sua participação no grupo, conseqüentemente implica direta e indiretamente no exercício de algum tipo de tal atividade.	
Renda percapta	Até meio salário mínimo: 60%	
	Acima de meio salário mínimo: 40%	
Quantidade de membros nas famílias	0-2 pessoas: 7%;	
	3-5 pessoas: 93%	

Já a análise qualitativa, percebemos em algumas respostas a similaridade de situações e vivências, onde podemos elencá-las por categorias, sendo estas descritas a seguir:

- Quanto ao impacto do projeto – melhoria das condições de vida, em função do aumento da renda familiar; reconhecimento da renda feminina pelos membros da família; autovalorização e mais autonomia da mulher em sua vida pessoal e comunitária; maior respeito, valorização e divulgação da cultura negra; desenvolvimento de habilidades individuais, desconhecidas e/ou adormecidas;

Como forma de corroborar com esta análise qualitativa, podemos destacar a seguinte descrição: “parece até que o meu marido me vê diferente.” (Conceição Maria Santos,



32 anos); “tenho a condição de comprar pequenos desejos e de ajudar nas despesas da casa.” (Maria do Socorro da Silva, 28 anos); “sinto-me importante porque estou podendo comprar minhas coisas, estou mais valorizada para eu mesma.” (Antônia Chagas, 33 anos).

- Quanto às dificuldades de implementação do projeto: o reduzido capital de giro inicial e patrocínios; necessidade de um espaço próprio/adequado para a reunião e confecção dos produtos confeccionados pelo grupo; pouco empoderamento da comunidade quilombola, quanto à valorização da cultura negra, no sentido de aquisição dos produtos confeccionados pelo grupo, especificamente a compra de bonecas negras; urgência no desenvolvimento de uma campanha de marketing para comercialização dos produtos;

Os produtos confeccionados, de acordo com a solicitação das mercadorias, são divididos da seguinte maneira: pedidos pequenos ficam a cargo (em 100%) da artesã que foi contactada, já grandes pedidos, os valores são distribuídos em 50% para as mulheres e 50% para aquisição de matéria prima.

- Quanto à operacionalização dos produtos confeccionados: o grupo se reúne semanalmente para distribuir as atividades oriundas das demandas solicitadas pelos mercados e lojinhas da própria comunidade e sede do município, bem como das famílias do local. Nesse momento de encontro, que acontece em forma de roda de conversa, as mulheres compartilham dificuldades e alegrias, projetam sonhos e cantam a vida.

Neste sentido esses encontros possibilitam as beneficiárias um momento de reflexão e autoajuda, que de acordo com uma das respostas adquiridas no questionário, pode ser constatado: “a roda de conversa nos ajuda, nos une e ajuda a levar os problemas menos a sério.” (Conceição Maria, de 32 anos).

Com o avanço do projeto alguns resultados empíricos importantes foram observados do ponto de vista da autonomia, do reconhecimento racial e da melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas. A presença do poder público de modo sistemático na comunidade parece fortalecer os vínculos de confiança e parceria, como também a credibilidade da comunidade junto a Associação de Moradores se mostra mais claramente através da frequência dos sócios nas reuniões mensais.



Em uma observação participante, pudemos perceber também que as lideranças comunitárias de Alto Alegre estão sendo reconhecidas no estado e por outras organizações. Outro aspecto que podemos considerar relevante é que os profissionais que atuam na comunidade quilombola demonstram mais envolvimento com a causa da população negra e contra o racismo institucional. Há mais mulheres da comunidade qualificadas para produção de artesanato, corte e costura e inclusão no mercado formal.

Por fim, sabe-se que existe um longo caminho a se percorrer quando pensamos no princípio da autonomia e sentimento de pertença da comunidade quilombola, no entanto é possível acreditar que existe no futuro dessas mulheres um horizonte cada dia mais digno.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Meditações Pascalianas, Ed. Bertrand Brasil: 2001

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

CARVALHO, S.R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção da Saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(4): 1088-1095, jul-ago.2004.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. 15 ed. São Paulo: Globo, 2000.

FONSECA, Ana Maria. Família e política de renda mínima. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.

GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: Saúde e Sociedade, ago 2004, vol.13, nº 2, p.20- 31.

JACCOUD, Luciana. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.